

REVISTA MARACANAN

Dossiê

A Restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII

The Restoration of Angola and the requests for honors in the 17th century

Ingrid Silva de Oliveira Leite*


Universidade Federal de São João del-rei
São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil


Recebido em: 05 maio 2020.

Aprovado em: 08 ago. 2020.



* Professora Adjunta de História da África, Educação e Relações Étnico-Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (ingrid_historia@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-9557-6947>

 <http://lattes.cnpq.br/118262809650621>

Resumo

As guerras envolvendo os interesses portugueses e holandeses em Angola fizeram com que diversas pessoas prestassem auxílio nas campanhas militares e, por vezes, utilizando seus próprios recursos. Após a chamada "restauração" de Angola em 1648, diversos indivíduos pediram mercês ao rei português, alegando seus papéis na luta contra os neerlandeses na região. Este artigo demonstra resultados parciais de pesquisa que vem sendo realizada em fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e que intenciona revelar as mercês solicitadas ao rei de Portugal, bem como mapear os suplicantes e, na medida do possível, perceber se foram atendidos ou não. Trata-se de um esforço inicial com o objetivo de criar bases para uma comparação da dinâmica realizada para obtenção de mercês em Angola com as pesquisas já verificadas para a expulsão holandesa da Bahia e Pernambuco, por exemplo.

Palavras-chave: Guerras Luso-neerlandesas. Restauração de Angola. Império Português. Mercês.

Abstract

The wars involving Portuguese and Dutch interests in Angola made several people assist in military campaigns and, sometimes, using their own resources. After the so-called "restoration" of Angola in 1648, several individuals asked the Portuguese king for honors, claiming their roles in the fight against the Dutch in the region. This article demonstrates partial results of research that has been carried out in sources of the ArquivoHistóricoUltramarino and which intends to reveal the honors requested, to identify the supplicants and, as far as possible, to realize those who have achieved their goals. This is an initial effort with the objective of creating bases for a comparison of the dynamics carried out to obtain honors in Angola with the research already verified for the Dutch presence in Bahia and Pernambuco, for example.

Keywords: Portuguese-Dutch Wars. Angola's Restoration. Portuguese Empire. Honors.

As mercês no contexto ultramarino

No século XVII, o Império português proporcionava formas de ascensão social para aqueles que não eram fidalgos, principalmente em seus territórios no ultramar. A reciprocidade política entre a Coroa portuguesa e seus domínios se manifestava e assegurava a continuidade do esquema serviço-recompensa. Para alcançar seus objetivos, os súditos portugueses prestavam serviços das mais diferentes formas e estavam acompanhados da expectativa de recompensas que deveriam ser atribuídas de uma forma considerada justa.¹ Isso significa dizer que a maioria pretendia alcançar, ou reforçar, uma posição social, até atingir a nobreza, ordem mais privilegiada.

Embora nos séculos XVII e XVIII a nobreza progressivamente passou a corresponder cada vez menos a uma função para se tornar uma qualidade. Conquanto houvesse variações espaço-temporais, os recursos fornecidos pela crescente presença portuguesa na África e na Ásia serviram para que a Coroa dispusesse de maior poder de remuneração para os serviços que lhes eram prestados.²

A possibilidade de mobilidade social e o estilo de vida da nobreza chamavam a atenção dos que dificilmente conseguiriam alcançar aquele *status* social em Portugal.³ Ademais, o processo que assegurava que apenas cristãos-velhos e desvinculados de qualquer ofício mecânico ou “raça infecta” alcançassem cargos e títulos de nobreza não era tão rígido no ultramar.⁴ Nesse sentido, noções de “honra” e “nobreza” também podem ser utilizadas para pensar os comportamentos dos indivíduos que habitavam as partes mais longínquas do império português.⁵ Ainda que as dinâmicas sociais empreendidas no além-mar se

¹ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

² Nuno Gonçalo Monteiro ressalta a ideia da “ordem natural” da sociedade de Antigo Regime, pautada em razões de raízes corporativas e trinitária da ordem social e jurídica. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Brasiliense*, n. 2, p. 4-20, nov. 2005.

³ Evidentemente, a mobilidade social tinha limites e não era aberta a todos. Mas, havia nobilitação de índios e negros na América nos séculos XVII e XVIII. Cf.: RAMINELLI, Ronald. Da controversa nobilitação de índios e pretos, 1630-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 501-540.

⁴ Cf.: ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*: a propósito de um sermão do Padre Vieira. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968; DUTRA, Francis. Ser mulato nos primórdios da modernidade portuguesa. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 30, p. 106-107, 2011; KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ); MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008; OLIVAL, Fernanda. Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. *Revista de história econômica e social*, Lisboa, n. 4, 2ª série, p. 7-53, 2002; RAMINELLI, Ronald. Da controversa nobilitação... *Op. cit.*; RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

⁵ Nosso conceito de honra se baseia em Maravall, que entende que, apesar de diferenças locais, a força do princípio da honra foi grande em toda a Europa cristã do século XVII, sendo um dos eixos, um de seus elementos estruturantes ao longo do tempo. Todavia, a “honra”, que começou como um resultado da

diferenciassem em certos aspectos daquelas do continente, seus comportamentos e modos de vida eram norteados por aqueles ideais.

Segundo Nuno Monteiro, nos séculos XVII e XVIII, a nobreza que se formava no ultramar era muito mais difusa do que aquela de Portugal. Existiria, então, um “*ethos* nobiliárquico” em todas as partes do reino, mas cada *ethos* tinha sua especificidade de acordo com a conjuntura política que estava envolvida.⁶ Diante do progressivo alargamento do conceito de “nobreza” e do risco da banalização desse estatuto, foi forjado um conceito de “nobreza civil ou política”, abarcando aqueles que conquistaram um grau de enobrecimento por meio de serviços prestados à monarquia, embora fossem de origem humilde. Essa categoria tinha a importante função de diferenciá-los daqueles que eram “nobres fidalgos”, ou seja, aqueles que eram nobres de família, de sangue.⁷

A presença holandesa em Luanda

Desde o início do século XVII, os neerlandeses eram presença constante na Costa da Mina, onde, inclusive, construíram uma fortaleza em 1611. O comércio de couro, panos, peles, especiarias, ouro, marfim e, posteriormente, de escravos, era realizado e isso incomodava o governo ibérico.⁸

As fontes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino referentes a Angola demonstram a presença neerlandesa na região desde 1619, quando uma carta do Bispo do Congo [e Angola], D. Frei Manuel Baptista, ao rei, aludia à presença deles em Pinda e descrevia como eles faziam o comércio do marfim com os locais. O religioso clamava pela proibição do comércio com os “hereges holandeses”.⁹

Em 1624, o capitão-general de Angola, Bento Banha Cardoso, enviou informação sobre a necessidade de viajar para Angola o mais rápido possível, com dois grandes navios e 300 homens, que deveriam permanecer em Angola, enquanto durasse a “questão com os holandeses” ou por tempo de um ano.¹⁰ Em 1626, o capitão escreveu informando que tivera notícias que “uma esquadra holandesa estava a caminho de Angola”.¹¹

formação estratificadora da sociedade, acabou por se tornar o seu princípio constitutivo, que organizou o sistema comum à Europa ocidental do Antigo Regime. Nesse sentido, a honra correspondia à atuação que determinada posição social determinava. Dessa maneira, ocorreria seu reconhecimento pelos iguais, ao mesmo tempo em que marcaria diferença em relação aos desiguais. Evidentemente, existiam gradações de honra para cada estamento. MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘ethos’ nobiliárquico... *Op. cit.*, p. 18.

⁷ BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 203.

⁸ CORREIA, Stephanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o Congo, o Sonho e os holandeses no Atlântico (1600-1650)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), p. 89.

⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Angola, cx. 1, doc. 105.

¹⁰ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 2, doc. 50.

¹¹ AHU, Angola, cx. 2, doc. 89.

Fernão de Sousa, enquanto governador de Angola, também produziu documentação que apontava os neerlandeses como preocupação. Entre 1626 e 1629, ele avisou sobre a chegada de quatro navios holandeses na costa de Angola. Em 1629, um ofício do governador do reino, D. Diogo de Castro, informava sobre a necessidade de enviar “pólvora grossa para Angola, porque tinham gastado a pouca pólvora que lá havia com uma esquadra holandesa”.¹²

Em 1635, uma consulta do Conselho da Fazenda ao rei D. Felipe III noticiou que quatro naus holandesas partiram para Angola, levando peças de artilharia.¹³ No ano seguinte, o capitão Diogo Lopes de Faria, à época feitor da Fazenda Real de Angola, avisou sobre a ameaça holandesa na região e sugeriu que fosse ordenado ao Mani Bamba que colocasse pessoas de sobreaviso nas terras entre os rios Dande e Lose (Loge), para o caso de necessitarem fazer uma intervenção.¹⁴ Em 1638, o feitor escreveu uma carta ao monarca, informando que os holandeses tinham ocupado a fortaleza de São Jorge da Mina e que haviam construído uma feitoria em Pinda, onde chegou um navio com grande artilharia com o conhecimento do rei do Congo e do Mani Sonho (Soyo).¹⁵

As guerras luso-neerlandesas movimentaram parte do século XVII, em um contexto bastante conturbado para o império português. O fim da União Ibérica e a necessidade de afirmação de uma nova dinastia deu-se em meio à presença dos holandeses em seus domínios na América e na África. A posse de Luanda asseguraria aos holandeses o acesso a muitos escravos, fundamentais para a produção de açúcar no Nordeste do Brasil. Em 1641, os neerlandeses aportaram em Luanda e tomaram a cidade.¹⁶ Os portugueses se refugiaram no interior, mais propriamente na região de Massangano, até o momento da Restauração, em 1648. A princípio, a fuga portuguesa para o interior tinha a intenção de isolar os holandeses de qualquer apoio africano. No entanto, não alcançaram esse objetivo, já que os holandeses contavam com o apoio do Mani Congo Garcia II, antigo aliado dos portugueses, que chegou a escrever ao príncipe Maurício de Nassau para disponibilizar fortalezas e outras facilidades comerciais.¹⁷

Além do apoio do rei do Congo, a rainha Ginga observou as vantagens da presença holandesa em Luanda e iniciou uma aliança, intencionando um acesso mais fácil a Luanda, bem como resolver pendências políticas com o “usurpador” do Ndongo, Ngola Ari, e seus aliados portugueses que detinham sua irmã.¹⁸ Isolados em Massangano, os portugueses começaram a sofrer com a escassez de alimentos e vestuário, momento em que definiram que

¹² AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 2, doc. 123.

¹³ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 3, doc. 20.

¹⁴ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 3, doc. 31.

¹⁵ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 3, doc. 44.

¹⁶ BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1961, p. 150-151. Para maiores detalhes sobre as viagens de navios neerlandeses em busca de escravos no período de ocupação de Pernambuco e Angola, cf.: CORREIA, Stephanie Caroline Boechat. *O reino do Congo... Op. cit.*, p. 127-134.

¹⁷ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos: os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola - Ministério da Cultura, 2004, p. 120.

¹⁸ *Ibidem*, p. 121.

a melhor estratégia seria um armistício, que ocorreu no final de 1641, quando Massangano e Luanda restabeleceram relações comerciais.

Todavia, em 1643, os holandeses quebraram esse acordo e capturaram o governador português, Pedro César de Menezes. Alguns sobreviventes desse ataque voltaram para Massangano e, tempos depois, o governador conseguiu fugir, também retornando para o interior. Seguiram-se uma série de batalhas envolvendo portugueses e holandeses, cada qual com aliados africanos, nas quais Portugal estava em desvantagem.

Em 1646, os portugueses conseguiram realizar uma aliança com o reino de Kasanje, que os ajudou a não perecer aos constantes ataques da aliança Congo-Matamba-holandeses.¹⁹ Além disso, receberam uma ajuda externa em 1648, quando Salvador Correia de Sá e Benevides chegou a Luanda com um grupo de homens para auxiliá-los. Após a recuperação de Luanda, os portugueses continuaram tentando consolidar sua influência local e resolver conflitos com as regiões vizinhas, especialmente os que haviam apoiado a invasão neerlandesa.

Os detalhes da presença holandesa em Angola já foram alvo de várias análises, muito ricas e com ótimo cruzamento de fontes.²⁰ Neste artigo, o foco estará em compreender como a restauração de Luanda foi utilizada por aqueles que prestaram seus serviços para obter mercês reais, exemplificando o esquema serviço-recompensa, típico do Antigo Regime português, para tentar controlar suas áreas de influências ultramarinas.

Mesmo após a "expulsão" dos neerlandeses de Luanda, membros da administração lusitana acusavam sua presença em diversas regiões e ressaltavam os cuidados a serem tomados. Também verificaremos a perpetuação da restauração de Luanda nos discursos para legitimar pedidos de mercês no século XVIII. Desse modo, pretendemos aludir à complexidade das relações políticas entre portugueses e neerlandeses e, especialmente, das lideranças locais africanas com os holandeses.

Mapeamento das mercês no Arquivo Histórico Ultramarino

Demonstraremos aqui resultados parciais da pesquisa realizada em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, especificamente de consultas realizadas nas caixas referentes à Angola.²¹ A intenção é revelar as mercês solicitadas ao rei de Portugal, bem como mapear os suplicantes e, na medida do possível, perceber se foram atendidos ou não. É importante

¹⁹ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos... Op. cit.*, p. 125.

²⁰ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil Angola*. São Paulo: Cia. Ed. Nac.; Edusp, 1973; DELGADO, Ralph. *O reino de Benguela (do descobrimento à criação do governo subalterno)*. Lisboa: Imprensa Belleza, 1945, p. 173-175; HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007; MEUWESE, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-indigenous Alliances in the Atlantic*. Leiden: Brill, 2012; RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana Angola, Kongo e São Tomé: 1600-1650*. Lisboa: Vega, 2003.

²¹ Até o momento, as consultas foram realizadas nas caixas 5, 6 e 7, embora já tenhamos algumas informações de outras caixas, como indicadas ao longo do texto.

ressaltar que nosso foco são as documentações que alegam a expulsão neerlandesa de Angola como serviço prestado. Existem inúmeras outras informações sobre as campanhas militares contra os sobas e outros conflitos no interior, mas o que nos interessa aqui é recortar o tema em tal expulsão.

A documentação analisada até o momento abarca 30 consultas feitas ao Conselho Ultramarino sobre as benesses e 13 requerimentos de pessoas que se julgavam merecedoras de uma recompensa por parte da monarquia portuguesa. Os nomes identificados foram cruzados com dados existentes no *Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real* e o *Inventários dos Livros das Portarias do Reino (1639 a 1664)*, a fim de observar os desfechos de tais solicitações.²² Ademais, consultamos o texto do cronista português Antonio de Oliveira de Cadornega, para identificar a existência dos nomes dos suplicantes, já que o autor narra cuidadosamente a luta contra os neerlandeses em Angola e lista nomes de pessoas que participaram da mesma.²³

A presente análise também objetiva criar bases para uma comparação da dinâmica realizada pelos representantes dos interesses lusitanos em Angola com as pesquisas já realizadas sobre a expulsão neerlandesa da Bahia e de Pernambuco. Dentre tais trabalhos, podemos destacar a excelente análise de Thiago Krause sobre a Bahia seiscentista e suas conexões com a restauração. O autor afirma que o “merecimento” possuía um sentido individual e familiar. Em quase todos os pedidos de mercês analisados, o “merecimento” estava diretamente vinculado aos serviços prestados.²⁴

Krause analisou 439 casos de requerimentos, entre moradores da Bahia e de Pernambuco. Em 95% deles, os principais serviços eram de cunho militar, prestados na luta contra os neerlandeses de forma direta ou não.²⁵ A maior parte desejava o hábito de Cristo, que era mais valorizado do que a de Avis e Santiago.²⁶ O hábito deveria vir acompanhado de uma tença*. O valor médio da tença era de 85\$000 (variando entre 40\$000 e 100\$000), ou seja, tal mercê possuía um objetivo simbólico e financeiro.

Em pouco mais da metade dos casos, os suplicantes também reivindicavam mercês para membros de sua família: filhos, genros, irmãos, primos e sobrinhos.²⁷ Portugal costumava conceder mercês inferiores às solicitadas, mas, mesmo assim, cerca de 77% deles receberam a mercê do hábito de alguma das Ordens militares.²⁸ Para a maior parte dos vassallos que não podia alegar suas “qualidades” (origem fidalga, ausência de ascendência moura, judaica ou

* Rendimento para que o cavaleiro pudesse usufruir dos privilégios.

²² AMARAL, Luís. *Livros de Matrículas dos Moradores da Casa Real: foros e ofícios (1641-1744)*. Lisboa: Guarda-Mor, 2009. 2 vols.; *Inventários dos livros das Portarias do Reino (1639 a 1664)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909-1912. 2 vols.

²³ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972. 3 vols.

²⁴ KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra... Op. cit.*, p. 96.

²⁵ *Ibidem*, p. 63.

²⁶ *Ibidem*, p. 68.

²⁷ Os pedidos eram postos militares, ofícios de justiça ou fazenda, hábitos das Ordens Militares – às vezes acompanhado de dote, no caso de filhas. *Ibidem*, p. 71.

²⁸ *Ibidem*, p. 172.

defeito mecânico), era necessário enfatizar seu “merecimento”. Tal estratégia era utilizada para convencer sobre a concessão de mercês, o mérito podia, portanto, ultrapassar a falta de qualidade.²⁹ As informações que o Conselho Ultramarino possuía sobre a “qualidade” dos suplicantes eram poucas, exceto quando eram fidalgos ou notoriamente nobres. Não se trata de uma noção atual de “meritocracia”, mas da relevância que o serviço prestado podia significar em determinadas circunstâncias.

Acreditamos que isso também possa ser verificado para a região de Angola, até mesmo porque parte da população branca/ europeia da região era composta por degredados. A presença e necessidade deles era tanta que, no século XVII, a Câmara de Luanda fez uma intervenção e solicitou que a Coroa portuguesa os enviasse para as áreas do interior angolano, bem como os impedissem de ocupar cargos oficiais.³⁰ Além deles, era de extrema importância o estímulo ao serviço voluntário de portugueses e “brasileiros”, geralmente acompanhado de promessas e de concessões de mercês para aqueles que se dispusessem a lutar nas guerras daquele território.³¹

A estrutura portuguesa em Angola

As formas de presença portuguesa em Angola em 1640 baseavam-se na existência de uma sede em Luanda, onde havia uma administração pouco sólida e apoiada com pequeno exército. No interior, existiam frágeis estruturas disseminadas de presídios e feiras, cuja articulação garantiam as rotas comerciais, percorridas pelos sertanejos europeus e aliados africanos. Tais aliados usufruíam de espaços muito vastos e estatutos diferenciados que, na maior parte dos casos, era de grande autonomia. A influência lusitana devia-se, sobretudo, aos interesses africanos, que aceitavam – ou não – as regras de comércio, muitas vezes recebendo mercadorias preferenciais em troca de escravos.³² As instalações portuguesas eram como “ilhas” disseminadas através dos territórios africanos, especialmente, tendo em vista a impotência militar e política diante das chefias locais. Ademais, os portugueses se utilizavam de estradas e feiras já existentes, instituídas pelos povos africanos.³³

A vulnerabilidade dos europeus era imensa, já que a expansão da fronteira não era linear, nem irreversível. Ela começava no litoral e, gradualmente, se expandia para o interior de modo irregular, estando sempre articulada aos interesses africanos. Tratava-se de uma

²⁹ KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra... Op. cit.*, p. 53.

³⁰ PANTOJA, Selma. A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898). Texto da comunicação apresentada no painel “Relações de gênero e cultura” no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Maputo, de 1-5 de setembro de 1998, p. 555. *Apud*: ABRAHÃO, Juliana Diogo. *Degredo e Degredados em Angola no século XVIII*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p. 47.

³¹ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 53.

³² HENRIQUES, Isabel Castro. *De escravos a indígenas: o longo processo de instrumentalização dos africanos (séculos XV-XX)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019, p. 53.

³³ *Ibidem*, p. 62.

fronteira dinâmica.³⁴ Um elemento articulador fundamental nesse processo de “criação” de fronteiras eram os presídios, pois controlavam o fluxo de escravos e assumiam um papel de destaque na negociação com elites políticas africanas. O capitão-mor, chefe máximo de cada presídio, tinha a função de regular o relacionamento entre os sobas* “avassalados” e os interesses portugueses. O soba, então, possuía um vínculo direto com o capitão-mor.

As tropas militares portuguesas em Angola possuíam uma série de problemas e havia uma dificuldade em manter a quantidade de soldados adequados. Além dos homens vindos de Portugal e da América, as tropas eram formadas também por pessoas recrutadas na cidade de Luanda. Perante a imposição do recrutamento militar, alguns respondiam com a fuga, e muitos daqueles que não conseguiam escapar, desertavam. Por isso, a maioria dos recrutados eram aqueles que não possuíam conexões políticas e, que também eram inaptos ao serviço militar.³⁵

O historiador Roquinaldo Ferreira aponta também para outro problema comum para a realidade militar na região: a alta taxa de mortalidade. Em 1704, os europeus diziam não fazer sentido enviar tropas de Portugal para Angola.³⁶ Os governadores precisavam dos soldados para reafirmar seu poder e, por isso, a Coroa prometia a concessão de mercês, principalmente para voluntários “brasileiros” que se dispusessem a lutar em guerras angolanas por um período de seis anos. A preferência existia, pois, acreditavam que a sua familiaridade com o clima tropical fazia com que se adaptassem mais facilmente ao clima angolano, e não pudessem morrer tão rapidamente, como ocorria aos europeus.

A força militar lusitana era extremamente dependente do uso da “Guerra Preta”, ou seja, tropas formadas por pessoas locais, cujo recrutamento dependia de alianças com soberanos africanos.³⁷ Em tempos de paz, os portugueses usavam tropas regulares, conjunto heterogêneo de indivíduos, incluindo desde soldados profissionais africanos, “brasileiros” e europeus até degredados sem nenhum treinamento militar trazidos do Brasil e de Portugal.

Os pedidos de mercês

* “Soba” pode ser entendido como uma referência a um chefe africano daquela região.

³⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 16.

³⁵ FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da Guerra em Angola (séculos XVII e XVIII). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-24, 2007, p. 5.

³⁶ FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare, and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. 2003. Thesis (Ph. D.) – University of California, Los Angeles, p. 155.

³⁷ Em resumo, “guerra preta” se refere ao uso de táticas e instrumentos de guerra africanos, além da própria presença de africanos aliados nas tropas a serviço de Portugal. Esse termo é encontrado na documentação da época e é usado também pela historiografia. Cf.: *Ibidem*, p. 173. Para mais informações sobre o termo “Guerra preta”, cf.: MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 435-457; COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*. Subsídio para o Estudo da sua Actuação. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972; CRUZ, Ariane Carvalho da. *Guerras nos sertões... Op. cit.*

Após a retomada de Luanda pelos portugueses, em carta datada de 12 de julho de 1661, os membros da câmara de Massangano escreveram à Coroa portuguesa solicitando autorização para o funcionamento de uma Misericórdia naquela região, alegando o papel daquela população durante o domínio holandês e a reafirmada obediência de seus habitantes à monarquia.³⁸

Ao analisar a Câmara de Luanda, Manuel Caldeira afirma que foram os feitos militares do interior angolano e a resistência no momento da ocupação holandesa que funcionaram como a fórmula mais utilizada de legitimação da posição social de seus integrantes.³⁹ Ademais, Luiz Felipe Alencastro faz um breve levantamento de militares que prestaram serviços em Angola e que conquistaram cargos, alegando seu papel na restauração daquele território e também o de Pernambuco:⁴⁰

Antonio Lito, nomeado em 1668 capitão da fortaleza de Santo Amaro em Luanda, alegava seus serviços na expedição de 1648 [...] Pascoal Rodrigues obtém em 1698 o posto de capitão em Angola, fazendo ainda valer seus serviços nas duas batalhas de Guararapes, ocorridas meio séculos antes, assim como no socorro enviado em 1674 de Pernambuco a Luanda.⁴¹

Alencastro também atenta para as figuras de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, que se destacaram nas lutas contra os neerlandeses na América.⁴² Além de honrarias, receberam vários cargos de governo, inclusive foram governadores em Angola.⁴³ O historiador destaca ainda que as dezenas de patentes de promoção de civis e militares passadas por Salvador de Sá durante seu governo demonstram o perfil de combatentes das duas margens do oceano:

Havia militares de várias procedências. Reinóis, angolistas refugiados no Brasil ou em Portugal, soldados que tinham combatido na guerra de Pernambuco e depois voltaram para a Metrópole, outros ainda de geração propriamente brasileira, recrutados no Rio de Janeiro e no front de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia. [...] No total, é de crer que boa parte dos expedicionários viesse [...] da guerra brasileira e do terço do Rio.⁴⁴

É preciso ressaltar que existem diversas consultas e requerimentos originados de Angola no Arquivo Histórico Ultramarino. No entanto, nossa análise se baseia apenas naqueles em que as pessoas alegavam a expulsão dos holandeses como serviço prestado. Como já observamos, até o momento, foram investigadas 30 *consultas* do Conselho Ultramarino e 13

³⁸ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. Militar, camarário e "bom cristão": o cronista Cadornega e suas estratégias de ascensão social nas possessões portuguesas na África do século XVII. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 10, p. 223-238, 2008.

³⁹ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão sociopolítica do município de Luanda durante o século XVII. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 30, p. 27-59, 2015, p. 34.

⁴⁰ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes... Op. cit.*, p. 369-374.

⁴¹ *Ibidem*, p. 467.

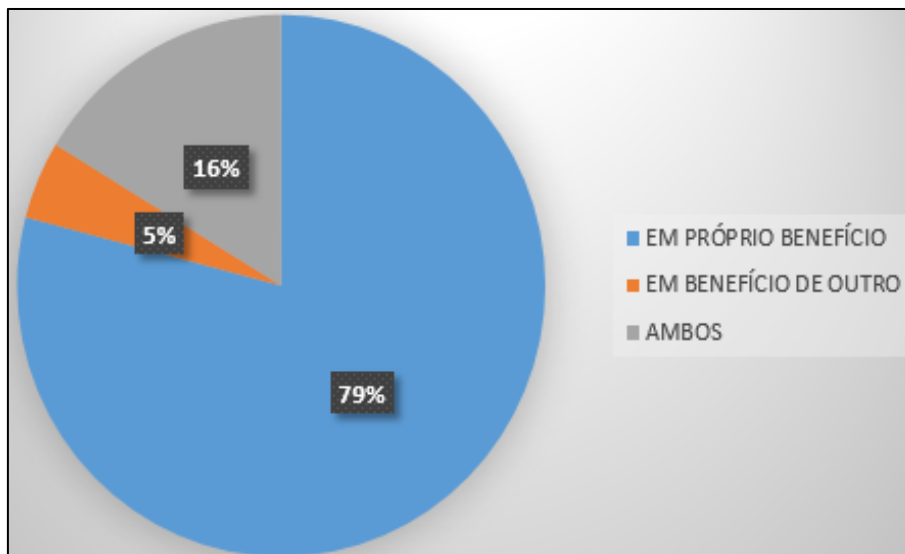
⁴² Para a trajetória detalhada de João Fernandes Vieira, cf.: GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000; SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁴³ *Ibidem*, p. 272.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 265.

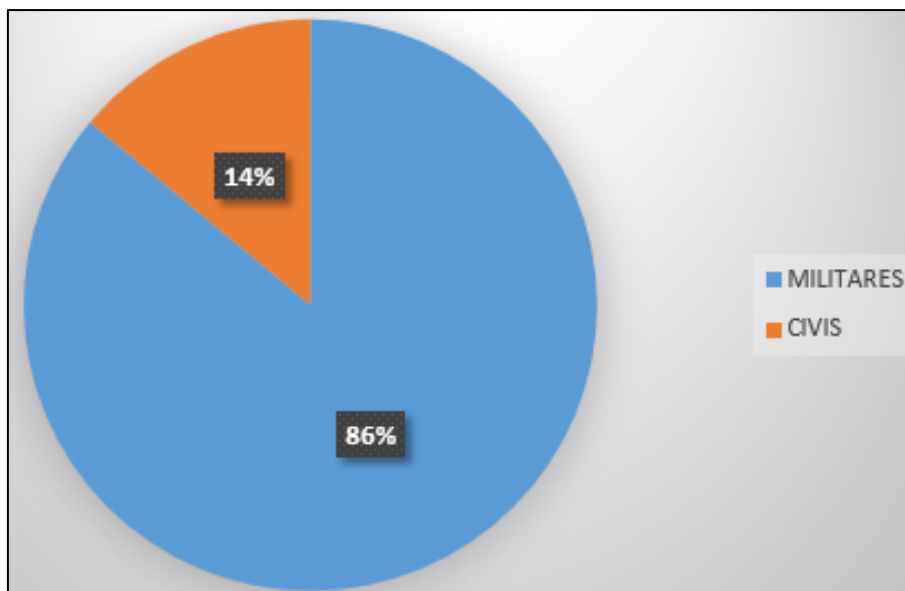
requerimentos. Nesta documentação, identificamos que em 34 casos as pessoas fizeram pedidos em seu próprio benefício; em 7 casos, para seu próprio benefício e para outros; e em 2 casos, apenas para outra pessoa.

Gráfico 1 – Beneficiados com as mercês, 1649-1663.



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Angola, cx. 5, 6, 7. Elaborado pela autora.

Gráfico 2 – Perfil dos solicitantes, 1649-1663.



Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, 6, 7. Elaborado pela autora.

Dentre os suplicantes, 6 pessoas eram civis e 37 eram militares. Ademais, a maior parte dos suplicantes que prestaram serviços em Angola buscava obter novos/outros cargos militares na região e o hábito da Ordem de Cristo.

Sobre os casos de civis suplicantes, podemos destacar uma mulher chamada Isabel Pereira, viúva do capitão Lourenço Gonçalves Pereira, que era cavaleiro-fidalgo.⁴⁵ Em 1663, ela queria passar para quem casasse com ela o cargo de capitão da fortaleza de Cambambe, pois seu marido havia falecido na peleja contra os holandeses.⁴⁶ No mesmo ano, o também civil Miguel de Rotea solicitou o hábito de Santiago, tença e propriedade de Ofício de Escrivão de Fazenda Real do reino de Angola, tendo em vista os serviços prestados pelo seu pai, Domingos Gonçalves Rotea, e pelo seu tio, Domingos Rodrigues, ambos já falecidos no Brasil e em Angola.⁴⁷ Dois anos após, o morador de Angola Manuel de Lima de Carvalho suplicou os Ofícios de Escrivão da Câmara da Ouvidoria e da Almotacaria de Angola, em satisfação dos serviços prestados por seu sogro, Francisco da Fonseca Saraiva. Em sua justificativa, indicou "ser pobre e ter sido roubado quando os holandeses ocuparam aquele reino e porque tinha falecido o proprietário dos ofícios, Francisco Teixeira de Mendonça".⁴⁸ Em 1663, Manuel constava como vereador da Câmara de Luanda.⁴⁹

Ainda entre os não identificados como militares, está o africano D. Agostinho Quabora, identificado como "homem preto, natural de angola". A consulta de 1663 revela que o mesmo desejava justiça e restituição da fazenda, com perdas e danos que deveriam ser pagos pelo governador André Vidal de Negreiros. De acordo com o documento, Negreiros o mandou prender e lhe cortou as orelhas só porque pedira para que o padre Diogo Rodrigues lhe restituísse os seus escravos. Sua expectativa de obter o solicitado se devia ao fato de ter auxiliado na guerra contra os holandeses com os seus escravos.⁵⁰

Como já salientamos, a maior parte dos suplicantes era formada por militares. Alguns alegaram ter auxiliado em outras campanhas militares lusitanas "no Brasil" (sem identificar onde), "em Pernambuco", "na Baía", "na Paraíba", "no Maranhão", "em Massangano", "em Benguela", "nas guerras contra a Alemanha", "contra os povos da Quissama, Muchima e Ginga" ou apenas contra "sobas rebeldes". Desses 37 casos, 8 revelam notícias nas campanhas dos portugueses contra os neerlandeses na América e que teriam chegado a Luanda com a esquadra de Salvador Correia de Sá. O próprio Salvador Correia de Sá, na qualidade de governador e capitão-general de Angola, em 1649, almejou a mercê do perdão real para os degredados que se encontravam em Angola e que auxiliaram na restauração daquele Reino.⁵¹

⁴⁵ Lourenço Gonçalves Pereira. Data. 10 fev. 1659. Livro 5, folio 568. Matrículas de Moradores da Casa Real. (Base de dados). Disponível em: <https://www.aatt.org/site/index.php?op=NucleoSearch&id=423&nome=LOUREN%C3%87O+GON%C3%87ALVES+PEREIRA>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁴⁶ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 120.

⁴⁷ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 117.

⁴⁸ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 8, doc. 131.

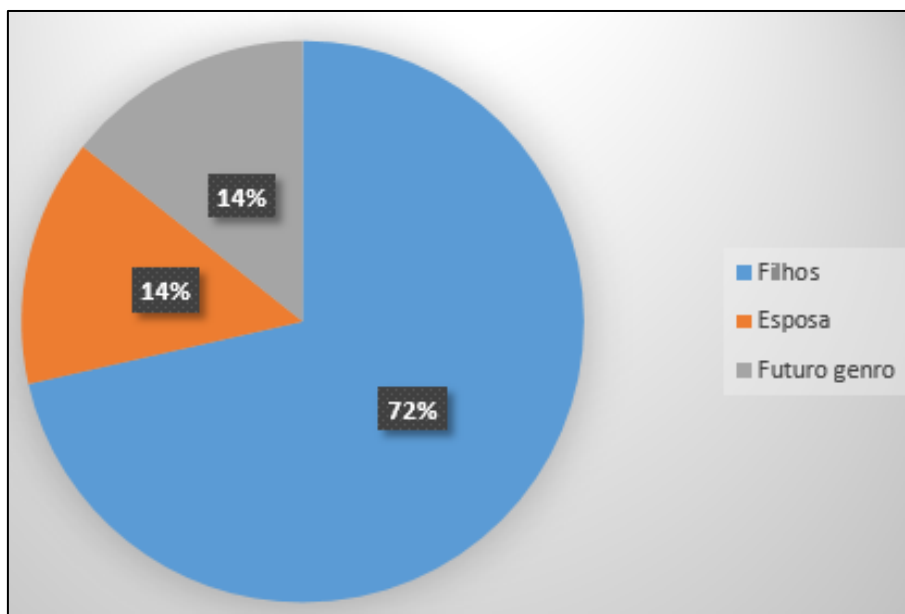
⁴⁹ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão sociopolítica do... *Op. cit.*, p. 57.

⁵⁰ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 93.

⁵¹ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx.5, doc. 16.

Nos casos em que os suplicantes desejavam mercês para seu próprio benefício e para outros, percebe-se o desejo do favorecimento de seus filhos em cinco casos, futuro genro e esposa, com um caso cada.

Gráfico 3 – Pedidos de mercês em benefício de outro (1649-1663)



Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, 6, 7. Elaborado pela autora.

Como exemplo, podemos destacar o capitão Diogo Monteiro e Fonseca que fez requerimento em 1656. Ele suplicava o serviço no reino de Angola, mais uma pensão e um hábito de uma das três Ordens para dote do casamento de sua filha e para si próprio, alegando seus serviços militares prestados no "Brasil e em Angola".⁵² O sargento-mor de Angola, Francisco Ferreira de Vasconcelos, que chegou na região junto com a esquadra de Salvador Correia de Sá, solicitou tença com o hábito de Cristo para si próprio e para o seu filho, em satisfação dos serviços prestados em mais de 20 anos, como soldado, alferes, ajudante, capitão de infantaria e sargento-mor de Angola.⁵³ Não conseguimos notícia para o favorecimento de seu filho, mas um alvará de 1667 caracteriza Francisco Ferreira de Vasconcelos como cavaleiro da Ordem de Cristo:

tomando-o por fidalgo com 1.600 réis de moradia por mês de fidalgo-cavaleiro e 1 alqueire de cevada por dia, pelos serviços que tem prestado como soldado, alferes, ajudante e capitão vivo de infantaria e reformado, nas armadas da costa, no Brasil, nas fronteiras do Alentejo, e no reino de Angola, onde serviu

⁵² AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 64.

⁵³ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das... Op. cit.*, v. 2, p. 4; AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 76.

como sargento-mor, na restauração deste reino com o governador Salvador Correia de Sá.⁵⁴

Do mesmo modo, o capitão André Fonseca Gomes revela seus serviços, que prestara em Pernambuco, Paraíba, Angola, Massangano e Benguela, ao requerer para si próprio e para sua filha, D. Guiomar da Fonseca (religiosa do Mosteiro de Odivelas), o hábito da Ordem de Cristo com uma renda ou tença.⁵⁵ Em 1663, o capitão Alberto Furtado de Mendonça almejava o hábito de Cristo, tença, alvará de lembrança do ofício que coubesse à qualidade da pessoa que casasse com uma de suas filhas e o posto de governador de Cacheu ou semelhante, por conta dos serviços prestados nas fronteiras do reino e em Angola.⁵⁶ Não conseguimos averiguar sobre o hábito de Cristo, mas o mesmo recebeu a mercê da Feitoria de Baçaim, por três anos, em 1690.⁵⁷

Para ingressar nas Ordens Militares, os indivíduos deveriam possuir “limpeza de sangue” e origem nobre, livres de defeitos mecânicos e ofícios vis. Existia uma investigação de seus ascendentes, para a comprovação de se tratarem de cristãos-velhos e limpos de sangue e geração. A origem gentia e raças infectas impossibilitavam a honra, isenções e liberdades inerentes ao título.⁵⁸ Ronald Raminelli evidencia o caso de Cosme Carvalho, que recebeu a mercê do hábito de Ordem de Santiago de Castela, mas a origem de sua avó materna era o reino do Congo. Como mulato, foi impossibilitado de receber a mercê. No entanto, havia atuado como militar na expulsão dos holandeses de Angola. Em 1670, a Mesa da Consciência e Ordens decidiu pela aprovação de sua mercê, apesar de sua origem, tendo em vista a grande importância do serviço prestado.⁵⁹

Outro caso foi evidenciado pelo historiador Francis Dutra. O africano Francisco da Mata Falcão era Capitão da Gente Preta do reino de Angola e se tornou cavaleiro da Ordem de Santiago em 1648. Embora não se soubesse em que lugar da África tinham nascido sua mãe e seus avós maternos (e a probabilidade de sua ascendência gentia), o africano recebeu a benesse. Para Dutra, o impedimento de ser descendente de gentios não afetava a limpeza de sangue e, por essa razão, não era difícil receber essa dispensa por parte do rei.⁶⁰ O cronista Cadornega indica que conheceu Francisco da Matta Falcão e o listou como “grande soldado”, que teria auxiliado na luta contra lideranças africanas inimigas de Portugal e com os

⁵⁴ Francisco Ferreira da Vasconcellos. Data 30 abr. 1667. Livro 3, folio 31. Matrículas de Moradores da Casa Real. (Base de Dados). Disponível em: <https://www.aatt.org/site/index.php?op=NucleoSearch&id=423&nome=francisco+ferreira+DE+VASCONC ELOS>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁵⁵ É citado por Cadornega como capitão-mor André da Fonseca Gomes. Cf.: CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das... Op. cit.*, v. 2, p. 441. Sobre o requerimento, ver: AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 47.

⁵⁶ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 86.

⁵⁷ Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, Subseção B, lv. 6, doc. 3982, fl. 117. Alberto Furtado de Mendonça.

⁵⁸ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo... Op. cit.*, p. 52.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 54.

⁶⁰ DUTRA, Francis. *Ser mulato nos... Op. cit.*

holandeses.⁶¹ Então, apesar de Francis Dutra não esclarecer os serviços prestados pelo africano, acreditamos que ele tenha atuado na restauração de Luanda.

Não abordaremos um por um dos casos referentes aos militares que pediram mercês para si próprios, mas os que se destacaram na documentação. Alguns porque pediram muitas mercês, várias vezes; outros porque a documentação permitiu perceber se alcançaram suas mercês; e alguns por apresentarem uma situação diferente do comum, como um irlandês e um alemão, que pediram mercês ao rei lusitano.

Em 1650, o capitão da fortaleza de Massangano, André de Fonseca Gomes, desejava o posto de capitão de Benguela e também um hábito da Ordem de Cristo.⁶² Declarou seus serviços prestados em Massangano promovendo “a sua custa” o presídio com mantimentos, armas e munições, lutando contra os holandeses “sem nunca receber soldo”. Em 1651, ele teria regressado a Angola com o novo governador, Rodrigo de Miranda Henriques, passando a atuar como capitão-mor em Angola duas vezes, além de ter auxiliado o governador Luis Martins de Sousa (já entre 1654 e 1658).⁶³ Não sabemos sobre o hábito da Ordem de Cristo, mas a capitania de Benguela foi concedida.⁶⁴

Outro caso que chamou atenção foi o capitão Diogo Monteiro da Fonseca. Ele consta na “lista dos nomes de capitães que se acharam na restauração de Angola”.⁶⁵ O militar também teria marchado “com as tropas de Luís Barbalho na célebre retirada do Rio Grande do Norte até a Bahia”.⁶⁶ Em 1656, ele alegou os serviços prestados “no Brasil e em Angola” e “como soldado, sargento, capitão, alferes e sargento nomeado na fortaleza de muchima lutando contra os holandeses, os povos da quissama, ginga”.⁶⁷ Naquele mesmo ano, o militar buscava o cargo de capitão-mor de guerra no reino de Angola, mais uma pensão e um hábito de uma das três ordens para dote do casamento de sua filha.⁶⁸ Em consulta do Conselho Ultramarino sobre o cargo de capitão-mor de Angola, Diogo Monteiro da Fonseca aparece como candidato e, apesar de ser descrito como Cavaleiro da Ordem de Santiago e ter servido 25 anos como militar (os primeiros 16 nas guerras do Brasil e os mais no reino de Angola), não foi contemplado. Dentre os concorrentes para o cargo estava Pero Barreiros, que havia chegado em Angola em 1637 e servido até 1652, como soldado, sargento, alferes, capitão da fortaleza

⁶¹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das... Op. cit.*, v. 2, p. 439.

⁶² AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 49.

⁶³ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 93.

⁶⁴ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 121. De acordo com a consulta (de 1653) que consta neste documento, o governador Rodrigo de Miranda Henriques o nomeou para o cargo pretendido. Além disso, o cronista Cadornega listou seu nome como capitão-mor de Benguela. Cf.: CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das... Op. cit.*, v. 2, p. 441.

⁶⁵ VASCONCELLOS, Simam de. *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Jesus, na Provincia do Brazil*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1658, p. 224. O livro foi dedicado a Salvador de Sá e Benevides.

⁶⁶ Alencastro confirma tal informação. ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes... Op. cit.*, p. 369.

⁶⁷ “Mercê à Diogo Monteiro da Fonseca, natural do Lamego, filho de Miguel Gonçalves, de 40\$000 réis de pensão em uma comenda da Ordem de São Tiago, pelos seus serviços na armada de D. AntonioOquendo, em Pernambuco, Salinas, Itamaracá, Paraíba, Iguaraçu, Rio Real e Angola – De 31 de julho de 1647”. *Inventários dos livros das Portarias do Reino (1639 a 1664)*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, p. 236.

⁶⁸ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 64.

de Muchima e lutado contra holandeses e sobas.⁶⁹ Mesmo assim, Pero Barreiros também não alcançou o seu objetivo.⁷⁰ No mesmo ano, Diogo solicitou uma capitania de Angola na vagante dos providos em satisfação dos serviços prestados.⁷¹ Ainda em 1656, ele fez um requerimento suplicando abertura de título em Lisboa para formar uma companhia de 60 degredados para serem encaminhados para Angola. Tal pedido foi aceito em janeiro de 1657.⁷²

O Livro de Portarias do Reino nos ajuda a esclarecer a situação de Diogo Monteiro da Fonseca após os requerimentos. Em 1 de agosto de 1656 foi-lhe concedida uma mercê:

acrescentando-lhe aos 40\$000 reis que tem de promessa pelo primeiro despacho, 20\$000 réis para ao todo serem 60\$000 réis, e que se lhe passasse patente do posto de capitão de companhia de infantaria, pelos serviços que prestou em companhia do general Salvador Correia de Sá em Angola onde serviu como ajudante e capitão de Infantaria.⁷³

Em resumo, podemos afirmar que nem tudo o que o militar pediu foi alcançado, mas seus serviços lhe asseguraram alguns privilégios. A insistência foi uma estratégia importante nesse caso.

Finalmente, gostaríamos de aludir aos europeus de outras regiões que estavam em terras angolanas e que se acharam no direito de pedir algo ao rei de Portugal por terem auxiliado na restauração de Luanda. Um deles foi o irlandês Baltazar Butilher, que, em 1654, requereu mercê de capitão no reino de Angola ou sargento-mor em Benguela por conta de "seus serviços nas guerras contra a Alemanha e de ter sido ajudante de Salvador Correa de Sá", que naquele momento era governador de Angola.⁷⁴

Um outro caso é mais rico em detalhes: o estrangeiro Balthasar van Dunen. A primeira referência feita a ele é em 1655, quando aparece como "candidato" ao cargo de feitor da Fazenda de Angola, em virtude de terminar o provimento de Manuel Rodrigues Nunes.⁷⁵ Já em 1656, o governador e capitão-general de Angola, Luís Martins de Sousa Chichorro, escreve carta ao rei acerca dos estrangeiros que naquele reino comerciavam e assistiam o rei do Congo, tendo identificado nessas circunstâncias o "holandês" Balthasar van Dunen, além do catalão Diogo Sanches Caroço, na cidade de Luanda, e o flamengo Paulo Escorel, em Benguela.⁷⁶ A possível origem neerlandesa de van Dunen levantou suspeita diante de possíveis relacionamentos ainda existentes entre o rei do Congo e os holandeses. Contudo, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, em 1658, nos revela que Balthasar van Dunen alegava ser "morador e casado em Angola, solicitando a revogação parcial da lei de 1655, que proibira os estrangeiros de morar nas conquistas, para poder viver ali até porque

⁶⁹ Cadornega o cita como "Capitao mor de 'muchima'" e como "Pedro Barreiros". CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das... Op. cit.*, v. 2, p. 445.

⁷⁰ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 80.

⁷¹ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 90.

⁷² AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 92.

⁷³ *Inventários dos livros das Portarias do Reino (1639 a 1664)*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p. 111.

⁷⁴ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 145.

⁷⁵ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 6.

⁷⁶ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 60.

não era holandês, como informara o governador [Luís Martins de Sousa Chichorro], mas natural da Alemanha [Hamburgo]”.⁷⁷

De acordo com Manuel Caldeira, Balthasar van Dunen atuou como vereador da câmara local em 1663.⁷⁸ Também participou de sociedade no contrato dos direitos dos escravos junto com outros três estrangeiros, moradores de Luanda na época do governo de Rodrigo de Miranda Henriques em Angola.⁷⁹ Em 1673, solicitou provisão para embarcar para o Brasil com a família, para tratar da sua saúde, alegando “viver há mais de trinta anos em Angola, estar idoso e doente, não havendo ali remédios ou médicos e a terra ser doentia”.⁸⁰

Angola restaurada?

A documentação analisada até o momento nos revelou a permanência da presença neerlandesa em diversas regiões de Angola. Mesmo após a “expulsão” dos neerlandeses de Luanda, membros da administração lusitana acusavam a sua presença. Os exemplos destacados adiante têm a intenção de demonstrar a complexidade das relações políticas de Portugal e Holanda e, especialmente, das lideranças locais africanas com os holandeses e portugueses.

Em 1651, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV noticiou sobre a aproximação do fim da trégua estabelecida com a Holanda e da conveniência de socorrer as conquistas com o necessário à defesa, para impedir algum ataque holandês.⁸¹ Dois anos após, outra consulta ao rei D. João IV expressava a preocupação do mestre de campo da capitania de Pernambuco, João Fernandes Vieira, sobre a chegada de navios vindos de Angola e de como, no porto de Luanda, tinham ficado três navios castelhanos carregados de vinho das Canárias para comerciarem escravos, o que havia dividido a opinião dos moradores de Angola e arriscava “a segurança da praça, principalmente face aos holandeses”.⁸² Em 1654 tal preocupação é reforçada, pois Angola era um território cobiçado para “suprir a falta de escravos, pondo em risco o envio de escravos para os engenhos do Brasil, o sustento dos moradores de Angola e o rendimento das alfândegas”.⁸³

Ainda em 1654, Francisco Ferreira Rebelo, enviado português a Londres, alertou que parte do governo holandês desejava que as forças usadas no comércio do mar Báltico fossem recuperar as conquistas perdidas na América e que receava por Angola, pois faltava recursos

⁷⁷ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 148.

⁷⁸ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão sociopolítica do... *Op. cit.*, p. 57.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 42.

⁸⁰ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 10, doc. 125.

⁸¹ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 51.

⁸² AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 116.

⁸³ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 131.

na defesa.⁸⁴ Naquele mesmo ano, administradores locais ressaltavam como a região de Angola era cobiçada por neerlandeses e também espanhóis.⁸⁵

Em dois momentos (1653 e 1656), o rei português D. João IV escreve ao governador de Angola, Luís Martins de Sousa Chichorro, sobre a necessidade de fazer guerra contra o rei do Congo, a rainha Ginga e a província de Quissama e em relação à urgência de se prepararem para um ataque dos holandeses.⁸⁶ Em 1659, o governador de Angola, João Fernandes Vieira, escreve à Coroa informando da falta de pólvora e da chegada de uma sumaca* holandesa.⁸⁷ Nas listas de serviços prestados por Alberto Furtado de Mendonça, em seu requerimento para o hábito da Ordem de Cristo, consta que ele expulsou dois navios que “infestavam os mares daquela costa em 1659”.⁸⁸ Em 1661, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso IV relata uma ameaça de um ataque holandês ao reino de Angola.⁸⁹

Em 1670, o governador de Angola, Francisco de Távora, escreve ao príncipe D. Pedro sobre as razões para fazer guerra ao Congo, pois era um dos responsáveis pelas desordens daquele reino, pelos “ataques à religião e pela previsível infiltração dos holandeses”.⁹⁰ Em 1677, o então governador Aires de Saldanha de Meneses e Sousa escreve ao príncipe regente, D. Pedro, sobre a chegada de um patacho** holandês, com a “desculpa” de procurar duas naus holandesas, “quando na verdade andava a sondar as enseadas da costa, tentando comerciar com os negros, o que seria muito difícil de impedir e prejudicaria Benguela”.⁹¹

Benguela surge novamente como preocupação, em 1683, quando o provedor da Fazenda de Angola, Jerónimo da Veiga Cabral, envia cartas a Lisboa informando a presença de navios ingleses e holandeses na região para fazer comércio de marfim e escravos, em troca de armas, pólvoras e munição.⁹² Tudo isso sob a aprovação do capitão-mor daquele presídio, levando prejuízos para a Fazenda Real e a de Angola.⁹³ Em 1723, 75 anos após a Restauração de Luanda, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V informou sobre uma carta escrita pelo governador e capitão-general de Angola, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, acerca de ter enviado o capitão-mor e cabo do exército Manuel Simões para Benguela, pois havia notícias de terem chegado àquele porto duas naus holandesas que, “com

⁸⁴ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 35.

⁸⁵ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 5, doc. 131.

* Barco pequeno, de dois mastros.

** Embarcação mercante, ligeira, de dois mastros.

⁸⁶ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 92.

⁸⁷ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 6, doc. 155.

⁸⁸ Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, doc. 200. Diligência de habilitação de Alberto Furtado de Mendonça.

⁸⁹ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 7, doc. 27.

⁹⁰ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 10, doc. 2.

⁹¹ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 11, doc. 86.

⁹² Em 1612, Benguela foi considerada um reino independente de Angola, tendo seu próprio governador. Em 1648, passou a ser governada por um capitão-mor. Finalmente, em 1779, voltou a contar com um governo próprio, embora fosse subordinado ao governo de Angola. Cf.: CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011.

⁹³ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 12, doc. 81, 96, 101, 102, 109c 116.

o argumento de precisarem fazer aguada, sondariam o poder daquela guarnição”.⁹⁴ Portanto, é preciso ressaltar que a documentação de Angola do Arquivo Histórico Ultramarino demonstra a preocupação e atenção dada pelos administradores portugueses locais à constante presença holandesa na região, mesmo que fora do espaço luandense.

Do mesmo modo que a “ameaça” neerlandesa persistiu na documentação após o ano de 1648, os serviços sobre a restauração de Luanda como um “grande feito” também ecoaram no tempo. Em 1731, o ouvidor-geral de Angola, Manuel Gomes de Avelar, escreve ao rei D. João V, sobre o papel da vila de Nossa Senhora da Vitória de Massangano durante a ocupação holandesa.⁹⁵ Em 1759, os oficiais da Câmara da cidade de São Paulo da Assunção de Angola suplicaram privilégios idênticos aos que gozavam os cidadãos da cidade do Porto, tal como fora concedido aos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Maranhão e do Pará, alegando a honra e o desinteresse com que aumentavam a Fazenda Real e o serviço prestado na restauração da cidade depois da invasão holandesa.⁹⁶

Além de a memória servir para obter recompensa, ela também serviria para assegurar a punição de grupos africanos. Um exemplo disso é a carta do ouvidor-geral e provedor da Fazenda Real de Angola, que escreve ao rei sobre os “pretos muxilundas terem sido condenados à escravidão perpétua por terem apoiado a ocupação holandesa e poderem ser usados no serviço da casa do governador [...] sendo seu sustento deles pago pela Fazenda Real”.⁹⁷

O comércio exclusivo entre portugueses e africanos em Angola não existia. A Coroa possuía uma estrutura administrativa frágil em Luanda, que foi invadida pelos neerlandeses e depois retomada. No entanto, é preciso ressaltar que os holandeses – assim como franceses e ingleses – possuíam conexões comerciais com os líderes africanos locais, especialmente no norte de Angola.

Considerações finais

As guerras luso-neerlandesas movimentaram parte do século XVII, num contexto bastante conturbado para o império português. O fim da União Ibérica e a necessidade de afirmação de uma nova dinastia deu-se em meio à presença dos holandeses em seus domínios na América e África. Nesse contexto, diversos indivíduos se colocaram à disposição para lutar e defender os interesses da Coroa portuguesa nessas regiões. Muitas pesquisas demonstram como essas pessoas conseguiram alcançar mercês comprovando seus serviços prestados na Bahia e em Pernambuco, por exemplo. No presente artigo, tentamos demonstrar que a presença neerlandesa se deu em outros lugares no mesmo período e que a análise do

⁹⁴ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 21, doc. 136, 145.

⁹⁵ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 25, doc. 64.

⁹⁶ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 44, doc. 86, 88; cx. 41, doc. 42, 19, 90.

⁹⁷ AHU. Conselho Ultramarino, Angola, cx. 28, doc. 23.

esquema “serviço-recompensa”, vislumbrado para Angola, pode trazer dados comparativos importantes para compreender a presença e atuação do império português no século XVII.

É preciso lembrar que os resultados demonstrados aqui são parciais, pois se trata de uma pesquisa que está em andamento. No entanto, quando consideramos as solicitações de pessoas que listaram seus serviços nas guerras contra a presença holandesa em Angola é possível concluir que a maior parte delas buscava mercê para si e cargos militares na região, ou seja, possuíam a intenção de permanecer ali. A possibilidade de usufruir dos ganhos que envolviam o comércio de escravos para aquele período pode ser levantada como uma hipótese para tal desejo. O cruzamento desses dados com outras fontes, como os ofícios para o interior de Angola, pode nos revelar mais sobre as trajetórias dos personagens demonstrados aqui e averiguar tal hipótese. Ademais, as chances de participação em cargos na Câmara de Luanda, por exemplo, poderiam significar uma autonomia interessante para aqueles indivíduos. Mesmo que isso às vezes incomodasse a Coroa portuguesa, acabava por ser um fator de estabilidade e podia ser um atrativo para pessoas oriundas de Portugal ou da América.⁹⁸

É importante frisar também que, em alguns casos, mesmo já passado um tempo da presença neerlandesa em Luanda, alguns pediram mercês evocando os serviços de seus ascendentes. Tal característica nos aproxima das análises para os casos da Bahia e de Pernambuco, que verificaram os descendentes daqueles que prestaram seus serviços no momento de luta contra os holandeses, almejando mercês em nome de seus pais e avós. Essa perspectiva comparada enriquece a compreensão do panorama do império português no século XVII, especialmente diante da concorrência com outros governos, como o holandês.

Finalmente, destacamos que a presença neerlandesa em Angola era notória e chamou a atenção de vários administradores locais, mesmo após a expulsão dos holandeses de Luanda. Os pedidos de apoio militar para vigiar as embarcações neerlandesas e seus contatos com os africanos locais são recorrentes na documentação verificada e demonstram que essa era uma preocupação importante. Atentar para os casos de contato entre holandeses e as chefias africanas pode nos revelar novos ângulos para perceber a presença europeia na região e, principalmente, compreender melhor a autonomia das ações dos africanos locais.

⁹⁸ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão sociopolítica do... *Op. cit.*, p. 53.

Referências

Fontes

Documentos Manuscritos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Conselho Ultramarino, Angola, cx. 1, doc. 105; cx. 2, doc. 50, 89, 123; cx. 3, doc. 20, 31, 44; cx. 4, doc. 22; cx. 5, doc. 3, 10, 16, 49, 51, 56, 93, 116, 121, 131, 145; cx. 6, doc. 6, 35, 60, 64, 76, 80, 90, 92, 148, 155; cx. 7, doc. 27, 47, 86, 93, 117, 120; cx. 8, doc. 131; cx. 10, doc. 2, 125; cx. 11, doc. 86; cx. 12, doc. 81, 96, 101, 102, 109, 116; cx. 21, doc. 136, 145; cx. 25, doc. 64; cx. 28, doc. 23; cx. 41, doc. 42, 19, 90; cx. 44, doc. 86, 88.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, Subseção B, lv. 6, doc. 3982, fl. 117. Alberto Furtado de Mendonça.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação, doc. 200. Diligência de habilitação de Alberto Furtado de Mendonça.

Documentos Impressos

AMARAL, Luís. *Livros de Matrículas dos Moradores da Casa Real: foros e ofícios (1641-1744)*. Lisboa: Ed. Guarda-Mor, 2009. 2 vols.

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972. 3 vols.

Inventários dos livros das Portarias do Reino (1639 a 1664). Lisboa: Imprensa Nacional, 1909-1912. 2 vols.

VASCONCELLOS, Simam de. *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Jesus, na Provincia do Brazil*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1658.

Recursos Eletrônicos

Francisco Ferreira da Vasconcellos. Data 30 abr. 1667. Livro 3, folio 31. Matrículas de Moradores da Casa Real. (Base de Dados). Disponível em: <https://www.aatt.org/site/index.php?op=NucleoSearch&id=423&nome=francisco+ferreira+DE+VASCONCELOS>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Lourenço Gonçalves Pereira. Data. 10 fev. 1659. Livro 5, folio 568. Matrículas de Moradores da Casa Real. (Base de Dados). Disponível em: <https://www.aatt.org/site/index.php?op=NucleoSearch&id=423&nome=LOUREN%C3%87O+GON%C3%87ALVES+PEREIRA>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Bibliografia

- ABRAHÃO, Juliana Diogo. *Degredo e Degredados em Angola no século XVIII*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa: a propósito de um sermão do Padre Vieira*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos: os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola - Ministério da Cultura, 2004.
- BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1961.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil Angola*. São Paulo: Cia. Ed. Nac.; Edusp, 1973.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. Dimensão sociopolítica do município de Luanda durante o século XVII. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 30, p. 27-59, 2015.
- CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México - Centro de Estudios de Asia y África, 2011.
- CORREIA, Stephanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o Congo, o Sonho e os holandeses no Atlântico (1600-1650)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*. Subsídio para o Estudo da sua Actuação. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.
- CRUZ, Ariane Carvalho da. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DELGADO, Ralph. *O reino de Benguela (do descobrimento à criação do governo subalterno)*. Lisboa: Imprensa Belleza, 1945.
- DUTRA, Francis. Ser mulato nos primórdios da modernidade portuguesa. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 30, p. 106-107, 2011.
- FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da Guerra em Angola (séculos XVII e XVIII). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-24, 2007.
- FERREIRA, Reginaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare, and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. 2003. Thesis (Ph. D.) – University of California, Los Angeles.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

- HENRIQUES, Isabel Castro. *De escravos a indígenas: o longo processo de instrumentalização dos africanos (séculos XV-XX)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- MATTOS, Hebe. "Guerra Preta": culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.
- MEUWESE, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-indigenous Alliances in the Atlantic*. Leiden: Brill, 2012.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Brasiliense*, n. 2, p. 4-20, nov. 2005.
- OLIVAL, Fernanda. Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. *Revista de história económica e social*, Lisboa, n. 4, 2ª série, p. 7-53, 2002.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. Militar, camarário e 'bom cristão': o cronista Cadornega e suas estratégias de ascensão social nas possessões portuguesas na África do século XVII. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 10, p. 223-238, 2008.
- RAMINELLI, Ronald. Da controversa nobilitação de índios e pretos, 1630-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana Angola, Kongo e São Tomé: 1600-1650*. Lisboa: Vega, 2003.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.